

O que há de novo na nova história política de François-Xavier Guerra?

DOI

<http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320151114>

What is new about François-Xavier Guerra's new Political Historiography?

Bernardo Ricupero

Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

O trabalho de François-Xavier Guerra tem sido tomado como um marco na renovação da historiografia política latino-americana. O artigo pretende avaliar até que ponto vai esta renovação, explorando as possibilidades e limites da sua investigação. Para realizar minha análise, sirvo-me fundamentalmente dos principais livros do historiador: *México: del Antiguo Régimen a la Revolución* (1985) e *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas* (1992). Ao fazer uso dos dois textos, quero indicar a relação entre as teses presentes neles, destacando como suas principais realizações são conceituais.

Abstract

François-Xavier Guerra's work is seen as a mark in the renovation of Latin American Political Historiography. The article aims to evaluate to what point this renewal was achieved, exploring the possibilities and limits of his investigation. Thus, I discuss basically Guerra's two major books: *México: del Antiguo Régimen a la Revolución* (1985) and *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas* (1992). I indicate the relationship between them, arguing that their realization is mainly theoretical.

Palavras-chave

Guerra; Historiografia; Política; América.

Keywords

Guerra; Historiography; Politics; America.

1

PALTI, Elias. *El tiempo de la política, El siglo XIX reconsiderado.*, Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 2007. No entanto, apesar da influência da investigação do historiador franco-espanhol, Roberto Breña sustenta que ela "poucas vezes foi objeto de uma discussão refletida no mundo acadêmico latino-americano", BREÑA, Roberto. Diferendos y coincidencias en torno a la obra de François-Xavier Guerra (una réplica a Medófilo Medina Pineda). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, n. 38, p. 283, 2011.

2

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas.* México: FCE, 2010. p. 101.

3

FURET, François. *Penser la Révolution Française.* Paris: Gallimard, 1978. p. 44.

4

Para sustentar seu argumento, o trabalho, que foi originalmente uma tese de doutorado, levanta, num impressionante esforço de prosopografia, um *corpus* referente a mais de 8 mil indivíduos e coletividades atuantes no período.

5

Mais tarde, o autor explicita a proximidade das perspectivas: "como mostrou Tocqueville com referência à Revolução Francesa, a revolução leva ao fim muitos processos iniciados durante o Antigo Regime", GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución.* México: FCE, 2014. p. 13.

6

Em entrevista, chega a confessar que, ao longo da preparação de sua tese de doutorado, se convenceu de que a transformação realmente importante teria se dado no período da Independência. GIRON, Nicole, François-Xavier Guerra pintado por si mesmo: un *collage* de Nicole Giron. In: PANI, Érika e SALMERÓN, Alicia. *Conceptualizar lo que se ve: François-Xavier Guerra historiador.* México: Instituto José Luis Mora, 2004.

7

Sobre a relação de nosso autor com Cochin, ver principalmente: PALTI, Elias. Guerra y Habermas: ilusiones y realidad de la esfera pública Latinoamericana. In: PANI e SALMERÓN, Op. Cit.

Os trabalhos de François-Xavier Guerra sobre as revoluções hispânicas do início do século XIX, o Porfiriato e a Revolução Mexicana tiveram um enorme impacto, Elias Palti chegando a avaliar que eles equivaleriam a uma "revolução historiográfica".¹ Muito da repercussão da referida obra se deveria a não privilegiar as rígidas estruturas econômico-sociais, como antes teriam feito o marxismo e a segunda geração dos *Annales*, em razão de preferir dar ênfase às escolhas realizadas por atores nos âmbitos mais indeterminados da política e da cultura. Em tom deliberadamente polêmico, *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas* afirma: "os principais atores da Revolução Francesa primeiro, e da hispânica depois, são mais uma 'classe cultural' do que uma classe social".²

Significativamente, François Furet se insurgira, pouco antes, contra a visão então dominante a respeito da Revolução Francesa, identificada com o jacobinismo e o marxismo. Nessa linha, não aceita interpretações que entendiam o acontecimento revolucionário principalmente em termos econômicos e sociais, em especial, como a ascensão da burguesia e a instalação definitiva do capitalismo. Em contraste com a tese da Revolução Francesa como Revolução Burguesa (clássica), enxerga seu significado principalmente na dimensão política e cultural, entendendo-a como o momento da criação da cultura democrática, em que o apelo à nação e ao povo se imporia definitivamente. Em tom não menos polêmico, *Penser la Révolution Française* argumenta: "nem o capitalismo nem a burguesia precisaram de revoluções para aparecer e para dominar a história dos principais países europeus do século XIX. Mas a França é o país que inventa, graças à Revolução, a cultura democrática e que apresenta ao mundo uma das suas principais consciências da ação histórica".³

A partir desses parâmetros, *México: del Antiguo Régimen a la Revolución* defende uma tese bastante simples: a Revolução Mexicana, mais do que uma ruptura com o Porfiriato, é um produto dele.⁴ O argumento remete, evidentemente, à interpretação sobre a Revolução Francesa de um dos autores que mais influenciaram Furet, Aléxis de Tocqueville, que a viu menos como mudança radical e mais como continuidade com o Antigo Regime. Não por acaso, o próprio título do livro de Guerra evoca *O Antigo Regime e a Revolução*.⁵

Nessa referência, a mudança fundamental ocorre, para o historiador franco-espanhol, não com a Revolução Mexicana, mas num período anterior, o início do século XIX, quando, por meio das revoluções hispânicas, apareceria uma nova legitimidade política na região.⁶ Este é precisamente o tema de *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. De maneira complementar, outro autor chave para Furet e também para Guerra, Auguste Cochin, entende, diferentemente de Tocqueville, a Revolução Francesa não tanto como continuidade com o Antigo Regime, mas como ruptura, produzida se não na esfera da economia e da sociedade na da política e da ideologia, ao inventar uma nova forma de legitimidade política, na qual poder e povo passariam a coincidir.⁷

Este artigo pretende avaliar até que ponto vai a renovação historiográfica promovida por Guerra, fazendo uma espécie de balanço de seu trabalho, que explora as possibilidades e limites da investigação levada a cabo. Sustento, em particular, que a principal contribuição dela está em, a partir do estudo sobre as revoluções hispânicas, abrir caminho para uma análise mais global de fenômenos históricos. Desconfio, porém, da possibilidade de se fazer história político e cultural que prescindam das histórias

8

É possível considerar, por outro lado, que a obra de Guerra também não recebeu ainda a devida atenção no Brasil. Sinal disso é que, apesar da sua já significativa influência em nossa historiografia, foram publicados no país apenas alguns de seus artigos e nenhum de seus livros.

9

Por conta disso, este trabalho não terá a pretensão de ser exaustivo. Sobre a bibliografia de Guerra, ver: CONNAUGHTON, Brian F. Sobre François-Xavier Guerra, 1942 – 2002. *Signos Históricos*, Iztapalapa, n. 10, julho-diciembre, pp. 116-130, 2003; PANI e SALMERÓN, *op. cit.* Sobre a nova historiografia política da América Latina, ver: PALACIOS, Guillermo. Entre una 'nueva historia' y una 'nueva historiografía' para la historia política de América Latina en el siglo XIX. In: ___ (org.). *Ensayos sobre la nueva historia política*. México: El Colegio del México, 2007.

10

LEFORT, Claude. Penser la révolution dans la Révolution française. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, No. 2 (Mar. – Apr., 1980), pp. 334-352.

11

GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución...* Op.Cit., p. 23

12

Idem., p. 324. A própria ambiguidade da linguagem política permitiria uma momentânea convergência entre tradicionalistas e modernistas. No caso da Independência, ao se falar, por exemplo, em liberdade "uns entendem iguais diante de uma mesma lei, outros se referem às liberdades – privilégios de antigos corpos", GUERRA, *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. op. cit.*, p. 28 e 29. No caso da Revolução, o Plano de São Luís Potosí, escrito por Francisco Madero, ao invés de utilizar o termo moderno *pueblo*, no singular, faz uso do termo tradicional *pueblos*, no plural. Ou seja, um documento "moderno" poderia ser lido de maneira "tradicional".

13

A carta ignoraria, em particular, a existência de certos homens, os índios, que constituíam então a maior parte da população mexicana.

14

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus le système des castes et ses implications*. Paris: Gallimard 1966. Para o antropólogo francês, os valores das sociedades tradicionais e moderna seriam fundamentalmente diferentes. Enquanto as primeiras teriam uma concepção coletiva do homem, o que estimularia uma ordem hierárquica na qual cada um deveria contribuir para o todo social, a segunda entenderia o que ainda seria chamado de "sociedade" basicamente como um meio para realizar os fins perseguidos por cada homem.

15

GUERRA, François-Xavier, *México: del Antiguo Régimen a la Revolución...*, Op. Cit., p. 24.

16

Medófilo Medina Pinera identifica como texto que marca a passagem da pesquisa sobre o Porfiriato e a Revolução Mexicana para a investigação a respeito das revoluções hispânicas, "El Pueblo soberano: fundamento y lógica de una ficción", que foi publicado em 1989 e

econômico e social. Mais importante, indico que está subjacente à obra do historiador franco-espanhol uma visão dualista a respeito da relação entre o Estado, pretensamente moderno, e a sociedade, supostamente tradicional. Por outro lado, acredito que os momentos mais interessantes dos seus estudos são aqueles em que trata de combinações "impuras" do moderno com o tradicional. De forma complementar, faço algumas sugestões sobre a maneira pela qual a experiência brasileira, pouco estudada pelo autor, pode se relacionar com seu projeto de pesquisa.⁸

Para realizar minha análise, sirvo-me fundamentalmente dos principais trabalhos de Guerra: *México: del Antiguo Régimen a la Revolución* (1985) e *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas* (1992).⁹ Ao fazer uso dos dois livros, quero indicar a relação entre as teses presentes neles, destacando como suas principais realizações são conceituais. Até porque parece-me que muito do interesse do que propõem está, como já indicavam as considerações de Claude Lefort a respeito da investigação de Furet sobre a Revolução Francesa, não propriamente em fazer descobertas sobre o processo revolucionário, mas em oferecer uma certa linha de interpretação para a historiografia revolucionária.¹⁰ Em outras palavras, o mais significativo nessas obras não se encontra tanto nos acontecimentos que narram mas nos problemas que levantam.

Para além das Histórias Nacionais

Não só a interpretação de Guerra sobre a Revolução Mexicana, mas também a sua visão sobre a história mexicana de desde a Independência é bastante simples: ela se daria nos termos do choque entre um Estado moderno e uma sociedade tradicional, que corresponderiam mesmo a "dois mundos".¹¹ Assim, na Independência e na Revolução haveria uma impregnação das duas dimensões: "a modernidade ideológica que serve de base à revolta se soma ao anacronismo das relações sociais".¹² A Constituição mexicana de 1857, em especial, evidenciaria o fosso entre uma visão abstrata dos homens, entendidos como indivíduos iguais, homogêneos e intercambiáveis, e o domínio de relações pessoais, primárias, que se dariam por meio de atores coletivos, corpos.¹³ Em poucas palavras, o historiador franco-espanhol considera, seguindo Louis Dumont, que as sociedades tradicionais seriam holistas, ao passo que a sociedade moderna seria individualista.¹⁴

A simplicidade do que Guerra chama de seu modelo sobre o Porfiriato e a Revolução Mexicana facilita a sua generalização. A questão que trata diria respeito a "todas as sociedades do Terceiro Mundo em que chega a mutação cultural da modernidade".¹⁵ Por sua vez, as sociedades tradicionais, em que a modernidade seria produzida mais tardiamente, iluminariam a história das sociedades modernas, supõe-se, europeias e norte-americanas.

De fato, depois de nove anos da defesa de sua tese de doutorado e sete anos da sua publicação, como *Le Mexique – de l'Ancien Régime a la Révolution*, o historiador franco-espanhol procura realizar uma história comparada que trate de diferentes caminhos para a modernidade, lidando especialmente com as revoluções hispânicas que ocorrem dos dois lados do Atlântico no início do século XIX.¹⁶ Subjacente, assim, a *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas* está uma certa tipologia, que toma a França como caso extremo, revolucionário, e, no outro polo, a Inglaterra, como exemplo de via evolutiva à modernidade. Entre eles, se encontraria os EUA, que compartilharia com a Revolução Francesa

apresentado como comunicação já em 1987, isto é, apenas dois anos depois da publicação de México: *del Antiguo Régimen a la Revolución* e quatro anos depois da sua defesa como tese. MEDINA PINERA, Medófilo. En el Bicentenario: consideraciones en torno al paradigma de François-Xavier Guerra sobre las "revoluciones hispánicas". *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, n.1. 2010. pps- 149 -188.

17

Já Annick Lempérière indicara que a importância da Inglaterra e dos EUA na interpretação é consideravelmente menor do que a França, com a qual espanhóis e hispano-americanos do início do século XIX se identificariam. LEMPÉRIÈRE, Annick. La construcción de una visión euroamericana de la historia. In: PANI e SALMERÓN, Op. Cit.

18

Outras diferenças com a França se relacionariam com uma tradição pactista que, apesar do absolutismo dos Bourbons, ainda persistiria no mundo hispânico e o maior corporativismo e tradicionalismo, presentes especialmente na América. Mas, entre esses pontos, é o medo do jacobinismo a que se dá maior importância.

19

O autor considera, porém, que mesmo depois o debate político continuou a ser, dos dois lados do Atlântico, fundamentalmente global.

20

É possível identificar um certo pioneirismo na análise articulada dos processos revolucionários do final do século XVIII na concepção de Revolução Atlântica, desenvolvida, nos anos 1950's, pelo francês Jacques Godechot e pelo norte-americano Robert Palmer. No entanto, era bastante reduzido o espaço dedicado aos países ibéricos nesses trabalhos, como concordam Breña e Pínera, apesar da polémica que opõe os dois historiadores. No caso brasileiro, Fernando Novais, seguindo a trilha aberta por Caio Prado Jr., entende a crise do antigo sistema colonial como processo desenvolvido tanto em Portugal como no Brasil. As referências marxistas dos dois autores e o peso que atribuem à história econômica são, todavia, bastante diferentes de Guerra. Ver: BREÑA, *op. cit.*; MEDINA PIÑERA, *op. cit.*; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1989; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

21

O revisionismo historiográfico de Guerra tem, por exemplo, grande afinidade com o ambicioso projeto *Iberconceptos*, inspirado principalmente na história dos conceitos de Reinhart Koselleck, que publicou seu primeiro volume em 2009 e seu segundo volume em 2014. Ver: ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Sobre la condición postnacional en la historiografía contemporánea: el caso de "Iberconceptos". In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Cantabria: Ediciones Universidad de Cantabria, 2013.

22

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas...*, Op.Cit., p. 116.

a ânsia de fundar uma nova sociedade, tal como indicado num documento como a Declaração da Independência, mas que combateria a metrópole inglesa em nome de antigas liberdades.

Na verdade, os casos anglo-saxões recebem pouca atenção de Guerra, funcionando mais como referências a partir dos quais pode pensar as revoluções latinas.¹⁷ Tal procedimento se justificaria até em razão de espanhóis e hispano-americanos estarem mais próximos da Revolução Francesa devido ao caminho revolucionário que trilharam. No entanto, o antecedente francês faria com que os hispânicos procurassem evitar a radicalidade de sua revolução, o exemplo jacobino sendo utilizado em processos revolucionários posteriores quase como espectro a ser evitado.¹⁸

Um dos pontos mais inovadores do livro de Guerra sobre as revoluções hispânicas – e o principal motivo de seu impacto – foi entender o ciclo revolucionário hispânico, iniciado em 1808 na Espanha peninsular e continuado com a Independência dos territórios que vieram a ser as nações hispano-americanas, como processos articulados entre si, além de relacionados com mudanças mais globais, cujo epicentro se encontraria na Revolução Francesa. As revoluções hispânicas, em especial, caminhariam juntas na Península Ibérica e na América até 1810, quando se tornariam autônomas umas em relação às outras.¹⁹ O historiador franco-espanhol explica o desconhecimento mútuo da história das insurreições hispânicas em razão principalmente da influência da historiografia do século XIX, cujo marcos de referências, numa perspectiva teleológica, eram os Estados-nacionais. Estes seriam tratados como verdadeiros sujeitos ausentes, tomados como protagonistas de processos em que ainda não existiam. Indica, portanto, que há anacronismo em tal postura, pois esquece que, durante o Antigo Regime, a monarquia hispânica era entendida a partir de dois pilares indissociáveis, o espanhol e o americano.²⁰

A análise global de Guerra abre novas possibilidades de investigação, sugerindo uma espécie de historicização dos Estado-nacionais hispânicos.²¹ Essa perspectiva vai além das próprias representações dos Estados-nacionais, indicando como as histórias das nações costumam estar mais interligados do que ousam confessar. Nota, por exemplo, que as historiografias nacionais não perceberiam "o rasgo mais espetacular deste período: a simultaneidade e semelhança" dos processos revolucionários do início do século XIX. Isso não seria mera coincidência, já que na monarquia hispânica os assuntos locais seriam tratados com referência a seu conjunto. Consequentemente, seria preciso "dar prioridade ao conjunto sobre as partes".²²

De maneira mais ampla, Guerra considera que seria possível realizar a comparação entre os casos tratados porque pertenceriam a "um mesmo conjunto político e cultural".²³ Não fica, porém, inteiramente claro se o conjunto, ao qual se refere, é todo o mundo ocidental ou apenas os países hispânicos. De qualquer maneira, diferentes conjunturas afetariam igualmente a uma mesma área política e cultural, apesar de que em ritmos variados, ditados pelo centro europeu. Poder-se-ia assim considerar que as influências europeias, mais do que simples modismos, refletiriam "uma mesma lógica surgida de um pertencimento comum à política moderna".²⁴ Em outro sentido, o historiador franco-espanhol avalia que, independente dos variados caminhos, os resultados da modernidade acabariam sendo muito semelhantes. Mesmo assim, defende que as diferentes vias de acesso à modernidade produziram diversas culturas políticas, que continuariam a se fazer sentir posteriormente.

Ibidem. p. 370. Alan Knight considera, entretanto, que Guerra realiza grandes analogias, ao tratar da Revolução Mexicana a partir do exemplo da Revolução Francesa. Acredito, entretanto, que o argumento do historiador franco-espanhol é bastante convincente, ao menos a respeito de como se enfrentavam problemas comparáveis a partir de uma similar base de referências nas situações de fim do Antigo Regime na Europa e na América. Já Charles Hale indicara questão semelhante ao tratar da relação do liberalismo mexicano de José Luis Mora com o liberalismo francês de sua época. Ver: HALE, Charles. *Mexican Liberalism in the Age of Mora, 1821–1853*. New Haven and London: Yale University Press, 1968; KNIGHT, Alan. *Le Mexique de l'Ancien Régime a la Revolution* by François-Xavier Guerra. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, n. 1 (Feb., 1988), pp. 139–143; Interpreting the Mexican Revolution. *Texas papers on Mexico*. Austin: University of Texas, s.d.

Também na Espanha a situação de vazio de poder, depois da abdicação de Fernando VII, daria vantagem momentânea para os que se tornaram conhecidos como liberais, que, a exemplo da Revolução Francesa, defendiam a soberania popular, contra os absolutistas ilustrados, que argumentavam em favor da supremacia do rei, e os constitucionalistas históricos, que quiseram restaurar as antigas Cortes. Sinal disso seria a inusitada proposta de um ilustre constitucionalista histórico, Gaspar Melchior Jovellanos, de criação de duas câmaras, de acordo com o exemplo inglês, o que não tinha precedentes na tradição hispânica.

GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución...*, Op. Cit., p. 193.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, Op. Cit., p. 319.

Ao destacar a relação que existia entre a Espanha peninsular e a América hispânica, Guerra pode incorrer num rico jogo de aproximações e contrastes entre as duas regiões. Um dos melhores exemplos das possibilidades oferecidas para a sua análise é quando trata de como apareceria a questão da legitimidade no século XIX. A oposição entre Estado e sociedade faria da legitimidade o grande problema do período especialmente na América hispânica. O conflito entre conservadores e liberais, que alimentaria inúmeras guerras civis, se daria basicamente por conta dessa questão. Mesmo que os primeiros aceitassem a herança hispânica, rejeitada pelos liberais, seria uma empresa praticamente impossível estabelecer na América a legitimidade histórica, garantida por um rei, que voltaria a existir na Europa da Restauração. Portanto, não seria surpreendente o fracasso dos conservadores mexicanos na sua incessante busca por um monarca.²⁵ Guerra avalia, de maneira sugestiva, que o Brasil, onde a independência foi proclamada pelo herdeiro da monarquia portuguesa, indicaria outra possibilidade de tratar a questão da legitimidade política, correspondendo ao que poderia ser considerado como uma espécie de contraexemplo em relação às nações hispano-americanas.

A partir daí, o historiador franco-espanhol considera que as fontes de legitimidade às quais restaria recorrer na América hispânica seriam, como na Europa, o apelo à nação e ao povo, o que contribuiria especificamente para que a vitória dos liberais fosse sem precedentes na região. Por outro lado, julga que a modernidade legal coexistira com um tradicionalismo social ainda maior do que o da Europa latina, abrindo caminho para o dualismo entre o Estado e a sociedade. Mesmo assim, a única justificativa a que se poderia recorrer para a “existência da nação (...) se situa no fato mesmo da separação da metrópole”.²⁶ O mais complicado é que as bases modernas de legitimidade, a nação e o povo, só poderiam ser encontradas numa pequena elite.

Em termos mais amplos, Guerra nota que “a proclamação da soberania nacional pelas Cortes em Cádiz em 1810 é, como na Assembleia Nacional francesa de 1789, o primeiro e fundamental ato da revolução hispânica”.²⁷ Neste tipo de nação, entendida, na Espanha peninsular e na América hispânica, num sentido moderno como o resultado da livre associação de indivíduos, não haveria lugar para a diversidade de estatutos e privilégios do Antigo Regime.

Contudo, o historiador franco-espanhol entende que o aparecimento de diferentes nações hispano-americanas seria um verdadeiro enigma histórico, já que a região gozaria de extraordinária homogeneidade cultural, política e religiosa no conjunto da monarquia espanhola. Muitas das diferenças regionais na Espanha peninsular seriam mesmo maiores do que as existentes entre a metrópole europeia e a colônia americana – o que é verdade no que se refere à elite branca, mas questionável no que diz respeito a maioria da população, indígena, negra e mestiça. Num primeiro momento, toda a América hispânica foi entendida como uma nação em conflito com a Espanha peninsular, mas logo passou-se a reivindicar a existência de variados Estados-nacionais. De maneira interessante, Guerra indica que, se na Europa do século XIX, se justificaria a formação de nações com base no argumento de que elas já existiriam previamente, “o problema da América hispânica” seria o oposto, “como construir (...) primeiros Estados diferentes e logo, um Estado-nação”.²⁸

A análise de Guerra sobre a identidade nacional é um dos pontos mais inovadores de sua investigação. Pode-se considerar que, junto com

De Chiramonte, ver principalmente: CHIRAMONTE, José Carlos, *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004. Sobre as teorias modernistas da nação, ver principalmente: SMITH, Anthony. *Nationalism and modernism*. London: Routledge, 1998.

BRADING, David. *Los orígenes del nacionalismo mexicano*. México: Era, 1980; PAGDEN, Anthony. Identity formation in Spanish America. In: CANNY, Nicolas e PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

MORELLI, Federica. Le créolisme dans les espaces hispano-américains: de la controverse coloniale aux mystifications de l'histoire. *Storica*, Roma, nº48, 2010.

outros historiadores, como o argentino José Carlos Chiramonte, dá um novo alento à interpretação modernista das nações hispano-americanas, indicando o quão recente é a existência dessa entidade na região.²⁹ Em comum, ressaltam sobretudo a importância da Independência na formação do que vieram a ser as diferentes nações da América hispânica. Tal perspectiva contrasta com a de autores, como David Brading e Anthony Pagden, que destacam a progressiva constituição, durante a colônia, de consciências *criollas*.³⁰

Muito da diferença nas análises me parece, entretanto, refletir ênfases variadas; Guerra e Chiramonte dando importância principalmente a um momento privilegiado e Brading e Pagden a processos mais lentos. O próprio termo *criollo*, como indica Federica Morelli, só passa a designar o branco nativo da América durante as guerras de Independência.³¹ Mesmo assim, seu novo significado não deixou de ter sido preparado pelos quatro séculos de conflitos anteriores entre colonos e metropolitanos. É precisamente essa história pregressa que permite que uma palavra que inicialmente se referia a negros nascidos na América e que, com o tempo, tinha passado a nomear todos americanos se convertesse, num momento de condensação de antagonismos, em sinônimo para a elite branca nativa.

Guerra nota que "povo", por sua vez, seria um termo especialmente polissêmico. No Antigo Regime se falava em "povos", *pueblos*, no plural, correspondendo a comunidades, como reinos, províncias, cidades principais, etc. O conceito moderno de "povo", entendido no singular, como o único titular da soberania, seria bastante abstrato. A mudança no vocabulário, em que palavras adquiriam novos significados, seria mesmo um sinal de que a vitória política dos revolucionários teria sido precedida por uma vitória ideológica. No caso da América hispânica, a impossibilidade de se recorrer à legitimidade histórica da monarquia teria feito, como vimos, que a soberania popular equivalesse à única fonte de legitimidade possível.

O historiador franco-espanhol destaca que a questão seria, em grande parte, como definir "povo". A identificação, em tese, do povo com o conjunto dos cidadãos possibilitaria limitar o número dos que o constituiriam. Curiosamente, porém, a Constituição espanhola de 1812, assim como as primeiras constituições hispano-americanas, instituíram um sufrágio masculino quase universal. No entanto, os resultados eleitorais refletiriam, no melhor dos casos, a capacidade de influência de atores coletivos e, no pior, a imposição do poder estabelecido, o que o historiador franco-espanhol caracteriza como correspondendo a uma "ficção democrática".

Com o tempo, os liberais passariam a atribuir seus fracassos políticos ao fato de a sociedade ser reacionária. Portanto, se tentaria, por meio de uma certa pedagogia, criar, privilegiadamente na escola, uma nação e um povo que estivessem de acordo com os preceitos liberais. A disciplina da História teria papel de destaque, reescrevendo o passado de acordo com um projeto futuro de nação. Outra opção seria redefinir o povo, fazendo uso especialmente das formulações dos liberais doutrinários franceses e espanhóis. A geração argentina de 1837, por exemplo, seguindo considerações de François Guizot, preferiu entender a democracia não como o governo da soberania do povo, mas da soberania da razão. Na mesma linha, diversas Constituições hispano-americanas da década de 1830 adotaram o sufrágio restrito, assim como havia feito a Constituição da Monarquia de Julho.

Para além da investigação mais ampla de Guerra sobre a questão da legitimidade política, algumas das possibilidades, mas também dos limites da sua análise, podem ser melhor percebidos quando trata dos "anos

32

Tal concepção pactista seria remanescente da monarquia dos Habsburgos, Se acreditava que, embora a origem do poder fosse divina, ela deveria passar pela intermediação dos povos, antes de chegar ao rei. O pactismo das juntas não se limitaria, porém, a referências tradicionais fornecidas pela neoescolástica espanhola e as antigas leis medievais, a moderna concepção de soberania popular também auxiliando na sua formulação.

33

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas...*, Op.Cit., p. 119. É possível argumentar que, no caso de Portugal e do Brasil, a coincidência, talvez até 1834, quando morre Dom Pedro I do Brasil, também conhecido como Dom Pedro IV de Portugal, e, com ele, aspirações de (re) unificação das duas monarquias, fosse ainda maior.

34

Seguindo a análise pioneira de Cochin, considera que o principal veículo para o aparecimento da sociabilidade moderna e, com ela, da concepção de indivíduo seriam as sociedades de pensamento que se difundem na Europa, no final do século XVIII, e, um pouco depois, na América hispânica. Nelas deveriam imperar as leis da razão que, ao promoverem a livre discussão de ideias, tratariam todos seus membros de maneira igual, não levando em conta em que estamento teriam nascido. Se anteciparia, dessa maneira, o que se passou a ser entendido como indivíduo e, mais tarde, como cidadão.

35

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas...*, Op.Cit., p. 85.

cruciais" da Revolução Hispânica. Este curto período de tempo iria da primavera de 1808 até janeiro de 1810, se abrindo com os levantamentos populares que se seguiram à abdicação de Fernando VII e se fechando com a dissolução da Junta Central espanhola. De início, o problema seria basicamente o mesmo dos dois lados do Atlântico, utilizando-se argumentos pactistas para justificar a formação de juntas insurrecionais. Na ausência do governo legítimo, se defenderia basicamente que essas juntas encarnariam a soberania reassumida pela comunidade política.³² No entanto, a precária legitimidade da Junta Central, derivada apenas da delegação das diferentes juntas, levaria à convocação das Cortes. A nova situação acabaria recolocando a questão da igualdade entre americanos e peninsulares, já que o número de representantes dos primeiros nas Cortes seria muito maior do que o dos segundos, apesar das populações dos dois ramos da monarquia hispânica serem então praticamente iguais.

Ao dar atenção a estes "dois anos cruciais", Guerra toma como seu alvo evidente as historiografias nacionais que, sintomaticamente, os esquecem. Elas preferem não se lembrar da resposta comum dada à invasão napoleônica pela Espanha peninsular e pela América hispânica porque essa resposta indicaria a existência de "uma comunidade extraordinariamente homogênea".³³ Em sentido complementar, indicaria que não existiam nações preexistentes à Independência, colocando em questão a própria empresa de historiografias que buscam justificar a existência de suas nações na sua pretensa ancestralidade.

Mas ao privilegiar a história política de um período de curta duração, de 1808 a 1810, Guerra talvez mire também, de maneira menos explícita, para a história econômica e social. É verdade que assim como seu mestre Furet, privilegia uma história política não tradicional. Lembra, dessa maneira, que um evento como a reação de insatisfação dos hispano-americanos com o número de seus representantes nas Cortes dá vazão ao descontentamento já antigo com o tratamento desigual dos dois ramos da monarquia hispânica. Nesse sentido, a linguagem teria se modificado, apesar de num ritmo lento, não se tratando mais de reivindicar a igualdade com base em antigas leis e privilégios, mas no direito natural e na soberania popular. No entanto, os dois historiadores acreditam, em termos mais decisivos, que se deveria entender a dinâmica das revoluções não tanto por fatores sociais, mas pela própria lógica do político. Acaba-se criando, assim, uma hipertrofia do político, que busca desalojar o social de seu já não tão recente protagonismo.

Para além de um velho dualismo?

Guerra entende a modernidade como uma grande mutação cultural. Ela dataria do século XVIII, confundindo-se com a Ilustração. Em termos que remetem a Dumont, identifica o que chama de modernidade "antes de tudo como a invenção do indivíduo".³⁴ A partir dele, se formaria uma nova imagem da sociedade "como uma justaposição de indivíduos iguais, homogêneos e de fato intercambiáveis".³⁵ Daí também se criaria uma nova política, na qual um novo personagem, o povo, passaria a ser a fonte da soberania. O Antigo Regime, em contraste, equivaleria a uma sociedade de corpos e estamentos, que teria na diversidade de estatutos e privilégios a garantia à liberdade(s).

As raízes dos diferentes caminhos para a modernidade se encontrariam na maneira pela qual se teria antes resolvido o confronto entre o rei e antigas instituições representativas. Ao passo que o absolutismo se impôs

36

Idem, p. 24.

37

GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución...*, Op. Cit., p. 188.

38

Idem., p. 24.

39

Esse aspecto já era destacado pelo diretor da tese, François Chevalier, no seu prefácio, quando da sua publicação como livro. CHEVALIER, François. Prefácio. In: GUERRA. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución*, Op.Cit.

40

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa Et Ômega, 1978.

41

México: del Antiguo Régimen a la Revolución usa, entretanto, o termo Antigo Regime não para, como *O Antigo Regime e a Revolução*, se referir ao absolutismo, mas à sociedade tradicional, mais semelhante ao que o nobre normando associa à ordem feudal. Essa sociedade, da qual Tocqueville é saudoso, se caracterizaria por laços hierárquicos de dependência entre os homens, o poder político se encontrando disperso. A "liberdade aristocrática" contrastaria, dessa maneira, com o processo posterior de concentração do poder nas mãos do rei.

na França e na Espanha, na Inglaterra o parlamento teria sido capaz de forçar a criação de uma monarquia constitucional. A partir daí, Guerra considera, mais uma vez num tom tocquevilliano, que elites novas puderam participar do exercício do poder na Inglaterra, ao passo que na França e na Espanha, a sociabilidade e a cultura dessas novas elites se teriam formado à margem do real exercício do poder. Tal fato teria aberto o caminho para imprimir nos membros delas "caráter ideal, puro, sem compromisso com a realidade existente".³⁶

Para além do Estado, alguns poucos homens se identificariam com a modernidade. Eles seriam, naturalmente, os membros da elite política e cultural. Sua distância do resto da sociedade seria exemplificada por 84% dos políticos durante o Porfiriato possuírem educação superior, enquanto era analfabeta 80% da população mexicana. Aqueles que seriam considerados indivíduos no sentido moderno do termo equivaleriam ao que se poderia chamar de povo. A consequência é que "neste choque entre a sociedade e a minoria ilustrada (...) a sociedade é reacionária".³⁷

Em contraste, o Porfiriato forneceria um exemplo e tanto do estabelecimento de compromisso ou "equilíbrio entre dois mundos heterogêneos, mas extremamente reais",³⁸ do Estado e da sociedade. Apesar da vigência da Constituição liberal de 1857, se instituiria um *modus vivendi* com representantes do mundo tradicional, dos quais o principal, a Igreja Católica, tinha sido anteriormente o mais importante alvo da Reforma. A própria maneira pela qual Porfírio Diaz se impôs como líder supremo seria cultivando uma tradicionalista rede de lealdades e vínculos pessoais com os outros membros da elite política. Nesse sentido, Guerra sugere relativizar até que ponto o Porfiriato teria sido uma ditadura, concedendo, quando muito, que o regime, baseado supostamente mais no consenso do que na repressão, se aproximaria de uma forma de "despotismo ilustrado".

Um dos pontos mais interessantes da análise do historiador franco-espanhol se dá precisamente quando estuda um caso particular do que considera o imbricamento entre o "tradicional" e o "moderno" bastante presente durante o Porfiriato, o "caciquismo".³⁹ Diversamente das interpretações mais correntes, que vêm o cacique como um resíduo arcaico, ressalta como boa parte da articulação entre sociedade e Estado se daria por meio desse personagem. O cacique poderia realizar tal movimento porque faria parte dos dois mundos, o tradicional e o moderno. De maneira sugestiva, lembra como os espanhóis já utilizavam o termo "cacique" para designar os que os auxiliavam a garantir seu domínio nas comunidades indígenas. Não é menos interessante notar pontos de contato dessa visão a respeito do "caciquismo" e a interpretação do brasileiro Vitor Nunes Leal sobre o "coronelismo", o qual, mais do que simples expressão do localismo, ajudaria a articular o poder central com o poder local.⁴⁰

Mais uma vez de forma reveladora, a caracterização de Guerra sobre o Porfiriato lembra aspectos da interpretação de Tocqueville a respeito do Antigo Regime. De acordo com este último, o período que precede a Revolução Francesa também é marcado pelo hibridismo, uma vez que o Antigo Regime é caracterizado como um estado social bastardo, que não é mais o feudalismo, mas ainda não é a democracia.⁴¹ Em consequência, a revolução seria fundamentalmente o produto de tendências desenvolvidas ao longo do absolutismo.

Para o nobre normando, o sufocamento da aristocracia colocaria em perigo a liberdade, já que ela deveria funcionar como freio ao possível abu-

42

Furet chega a identificar um verdadeiro substituído na análise de Tocqueville sobre o Antigo Regime francês: "privados de liberdade verdadeira os franceses recorrem ao direito natural (...), sem aristocracia, sem grupos dirigentes constituídos, sem recurso possível a homens políticos, se voltam para os escritores", FURET. Op. Cit., p. 247.

43

GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución...*, Op. Cit., p. 435.

44

HALE, Charles. El renacimiento de la historia política y la Revolución Francesa en México. In: _____. *El pensamiento político en México y Latinoamérica*. México: El Colegio de México, 2010.

so do poder real. Seguindo a análise de Montesquieu sobre a monarquia, o status jurídico próprio da nobreza somado a uma autoridade política delegada lhe permitiria controlar a ação do rei, impedindo que o monarca se transformasse em déspota. Em compensação, o esvaziado espaço social e político, em decorrência do lento aniquilamento da aristocracia, passaria a ser ocupado pelos homens de letras. Eles desempenhariam o papel político antes reservado à nobreza, influenciando o restante da nação e, conseqüentemente, a futura revolução. Esses homens de letra, afastados dos negócios públicos, sentir-se-iam atraídos por teorias gerais e abstratas.⁴² Tal situação contrastaria com a da Inglaterra, onde a participação política não estaria vetada aos intelectuais.

De maneira semelhante, segundo Guerra, a educação, que teria se expandido durante o Porfiriato, produziria professores e estudantes que alimentariam a revolução. Em primeiro lugar, porque perceberiam "a distância entre o que se ensinava – a soberania popular, o respeito à Constituição e às leis, a democracia – e o que existia num regime fundado em vínculos pessoais e clientelistas".⁴³ Além disso, ao gosto de uma certa sociologia, se poderia notar uma significativa diferença entre o nível de instrução e de renda desses letrados, o que caracterizaria um conflito entre classe e *status*. Mais importante, de acordo com o historiador franco-espanhol, eles estariam situados, de maneira problemática, entre os membros da sociedade e os da elite, com rendimentos e modo de vida similares aos primeiros, mas dotados de cultura equiparável a dos segundos. Em resumo, se o hibridismo, no exemplo dos caciques, lhes possibilitaria ajudar a criar algum equilíbrio entre elite e sociedade, no caso dos letrados, a relação que manteriam com a elite e a sociedade seria desequilibrada e, portanto, potencialmente conflitiva.

Em termos mais profundos, tanto para Tocqueville como para Guerra, muitos dos traços da ordem pós-revolucionária adviriam da situação anterior; certas tendências do Antigo Regime teriam até se acentuado depois de seu fim. Assim, o Estado saído da Revolução Francesa levaria adiante a obra de centralização iniciada pelo absolutismo, da mesma maneira que o sistema político produzido pela Revolução Mexicana realizaria também um compromisso entre o Estado moderno e a sociedade tradicional

Mas se o Porfiriato seria marcado pelo compromisso entre o Estado e a sociedade, o moderno e o tradicional, o peso de cada aspecto variaria em seus diferentes momentos. Num primeiro período, iniciado em 1876 com a ascensão do general liberal ao poder, a principal realização do regime seria garantir a paz por meio da consumação de compromissos entre diferentes atores políticos. Já o segundo momento, de intensa modernização, seria o de maior influência dos positivistas, conhecidos como "científicos". Ele corresponderia à nomeação, em 1892, de um dos seus mais importantes nomes, José Ives Limantour, como ministro da Fazenda e à criação, no mesmo ano, da União Liberal. Com ela, os positivistas deixariam de ser um simples círculo de pensamento para se converterem num grupo político organizado.

Os científicos avaliariam, de acordo com a sua doutrina, que no México do Porfiriato o momento da liberdade já teria chegado. Guerra julga que posições como essas não corresponderiam tanto a ideias, mas sobretudo a uma nova sensibilidade, que estimava já estar em vias de se iniciar a época construtiva da Revolução Liberal. Hale, avalia, por sua vez, que o historiador franco-espanhol, preocupado especialmente com a cultura política, não concede grande peso ao papel das ideias na política.⁴⁴ Curio-

samente, portanto, um autor que desconfia de explicações estruturalistas tenderia a subsumir as formulações dos positivistas nas transformações mais profundas ocorridas durante o Porfiriato.

Mesmo assim, os científicos não deixariam de fazer a crítica à "ficção democrática" que marcaria o México desde a Independência, apontando para "a divergência entre os textos e a realidade".⁴⁵ Teriam como especial alvo a artificialidade da Constituição de 1857, que acreditavam dever ser revisada para que o regime político se adaptasse à "sociedade real". Servir-se-iam, para tanto, principalmente das descobertas da nova disciplina da Sociologia.

O sucesso do Porfiriato seria considerável. Um Estado fortalecido impulsionaria um crescimento econômico notável – média anual de 2,6% – favorecido pela conjuntura internacional do final do século XIX, de crescente demanda por matérias primas. No entanto, de acordo com Guerra, as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais o México teria passado durante o Porfiriato acabariam minando as próprias bases do regime. Em especial, elas teriam produzido "novos grupos em expansão (...) excluídos das redes de laços e de seus benefícios",⁴⁶ como rancheiros, classe média, intelectuais, etc., que teriam motivos para se sentir desconfortáveis. Em outras palavras, *México: del Antiguo Régimen a la Revolución* sugere que o sucesso do Porfiriato seria, de alguma maneira, a causa de sua ruína. Além do mais, o regime não saberia como lidar com o problema da sucessão de Díaz, questão que o sistema político instalado depois de 1910 conseguiu resolver.

Muito do apelo da análise de Guerra sobre as revoluções hispânicas, o Porfiriato e a Revolução Mexicana provêm da sua simplicidade. Como vimos, seu "modelo" e "tipologia" estão baseados em duas oposições: Estado x sociedade e moderno x tradicional, que se relacionam, já que o Estado é caracterizado como moderno e a sociedade como tradicional.

É notável como o primeiro dualismo apontado, entre Estado e sociedade, é similar à avaliação dos científicos e outros "positivistas" latino-americanos da época sobre suas sociedades. Também é bastante significativo como o historiador franco-espanhol inverte a conhecida oposição entre país real e país legal, do final do século XIX e início do século XX latino-americano, sustentando que o país legal não se identificaria com a sociedade e sim com o Estado e a pequena elite ilustrada. Constituição, democracia e valores liberais valeriam na verdade apenas para essa pequena elite, enquanto a maioria da população corresponderia a uma espécie de "povo teórico". É também bastante revelador, como aponta Knight, que a interpretação de *México: del Antiguo Régimen a la Revolución* baseia-se, em grande parte, em considerações de científicos mexicanos, como Francisco Bulnes.⁴⁷ De maneira não menos significativa, certas caracterizações como a dos letrados e sua difícil relação com a elite e a sociedade são bastante similares a interpretações como a do brasileiro Oliveira Vianna a respeito da elite político-cultural, entendida como constituída por "homens marginais", situados entre a cultura europeia e a da sua gente.⁴⁸

Por sua vez, o contraste entre tradicional e moderno, baseado na contraposição de Dumont entre sociedade individualista e sociedade holista, tem, como já notaram alguns comentadores da obra de Guerra, um claro sabor de sociologia da modernização, além de apontar implicitamente para uma certa teleologia.⁴⁹ Nessa orientação, o historiador franco-espanhol chega a considerar que todas as sociedades se enquadram numa ou outra categoria, defendendo, por exemplo, que o Antigo Regime europeu

45

GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución...*, Op.Cit., p. 35.

46

Idem, p. 254.

47

KNIGHT, Alan. *Interpreting the Mexican Revolution*, Op.Cit.

48

VIANNA, Francisco José Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1939.

49

KNIGHT, *Le Mexique de l'Ancien Regime a la Revolution*. by Francois-Xavier Guerra, Op.Cit.; PALTÍ, Guerra y Habermas: ilusiones y realidade de la esfera pública Latinoamericana, Op.Cit.; PALTÍ, *El tiempo de la política, El siglo XIX reconsiderado*, Op.Cit.,

Na mesma linha, Tulio Halperin Donghi percebe que o historiador franco-espanhol, diferentemente de Dumont, não pensa simplesmente em termos de substituição das sociedades holistas por uma sociedade individualista, mas dá grande atenção a presença de hibridismos entre os dois tipos de sociedade. HALPERIN DONGHI, Tulio. Guerra y la historiografía latino-americana. In: PANI, Érika e SALMERÓN, Alicia. *Conceptualizar lo que se ve...* Op.Cit.

seria apenas mais uma das expressões das sociedades holistas dominantes na história. Não é difícil se perguntar até que ponto uma análise sofisticada ganha ao enquadrar a enorme variedade e riqueza históricas em alguns poucos "modelos" ou "tipologias" genéricos.

De maneira contrastante com o dualismo subjacente à interpretação de Guerra, os momentos mais interessantes de *México: del Antiguo Régimen a la Revolución e Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas* são precisamente aqueles em que trata do hibridismo moderno e tradicional em ação, como a Independência, a Revolução, o caciquismo e o próprio Porfiriato.⁵⁰ Se a investigação se voltasse para outros períodos da história mexicana e latino-americana, provavelmente, encontraria mais casos dessa combinação impura. O historiador franco-espanhol data esse processo da Revolução Francesa e das revoluções hispánicas, quando o Antigo Regime dos dois lados do Atlântico começaria a sucumbir diante de um mundo novo. No entanto, se fosse estudar, por exemplo, a Conquista da América se depararia também com um dos momentos iniciais do que se pode chamar de "modernidade", que fez uso de um *ethos* "tradicionalista". Tratar desses hibridismos, na verdade, incontornáveis, talvez seja mesmo uma das principais tarefas para uma História global, que ainda está por se fazer, e para a qual a investigação de Guerra não deixa de fornecer pistas valiosas.

Bibliografia

- BRADING, David. *Los orígenes del nacionalismo mexicano*. México: Era, 1980.
- BREÑA, Roberto. Diferendos y coincidencias en torno a la obra de François-Xavier Guerra (una réplica a Medófilo Medina Pineda). Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, Bogotá, n. 38, 2011.
- CHIRAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.
- CONNAUGHTON, Brian F. Sobre François-Xavier Guerra, 1942 – 2002. *Signos Históricos*, Iztapalapa, n. 10, julio-diciembre, pp.116-130, 2003.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus le système des castes et ses implications*. Paris: Gallimard, 1966.
- FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1978.
- GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución*. México: FCE, 2014
- _____. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, 2010.
- HALE, Charles. El renacimiento de la historia política y la Revolución Francesa en México. In: _____. *El pensamiento político en México y Latinoamérica*. México: El Colegio de México, 2010
- _____. *Mexican Liberalism in the Age of Mora, 1821-1853*. New Haven and London: Yale University Press, 1968.
- KNIGHT, Alan. *Le Mexique de l'Ancien Regime a la Revolution by Francois-Xavier Guerra*. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, n. 1 (Feb., 1988), pp. 139-143.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.
- LEFORT, Claude. Penser la révolution dans la Révolution française. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, No. 2 (Mar. - Apr., 1980).

- MEDINA PINERA, Medófilo. En el Bicentenario: consideraciones en torno al paradigma de François-Xavier Guerra sobre las "revoluciones hispánicas". *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, n.1, pps- 149 -188, 2010.
- MORELLI, Federica. Le créolisme dans les espaces hispano-américains: de la controverse coloniale aux mystifications de l'histoire. *Storica*, Roma, nº48, 2010.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- PAGDEN, Anthony. Identity formation in Spanish America. In: CANNY, Nicolas e PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- PALACIOS, Guillermo. Entre una 'nueva historia' y una 'nueva historiografía' para la historia política de América Latina en el siglo XIX. In: _____. (org.). *Ensayos sobre la nueva historia política*. México: El Colegio del México, 2007.
- PALTI, Elias. El tiempo de la política, El siglo XIX reconsiderado., Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 2007.
- PANI, Érika e SALMERÓN, Alicia. *Conceptualizar lo que se ve: François-Xavier Guerra historiador*. México: Instituto José Luis Mora, 2004.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
- SMITH, Anthony. *Nationalism and modernism*. London: Routledge, 1998.
- VIANNA, Francisco José Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1939.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Sobre la condición postnacional en la historiografía contemporánea: el caso de "Iberconceptos". In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Cantabria: Ediciones Universidad de Cantabria, 2013.